



MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

187
fau

ATA N.º 04/ AM /2025

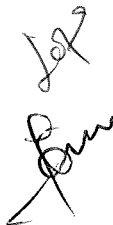
ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA CATORZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO-----

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sede da Associação de Moradores de Vale de Água, em Vale de Água, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente**-----
- 2. Ata** -----
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) Documentos de prestação de contas 2024-----
 - b) Relatório Semestral do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município.-----
 - c) Empreitada de construção de balneários no campo de futebol municipal de Vila Nova de Santo André – Assunção de compromissos plurianuais -----
 - d) Adequação da Assunção de Compromissos Plurianuais – Contrato para a Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral.-----
 - e) Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação para o período de 2025 a 2028 e dos Termos de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local.-----
 - f) Minuta de Protocolo de delegação de competências e de colaboração técnica e financeira, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Santiago do Cacém, para intervenção na Lagoa de Santo André, designadamente, para a concretização da execução da “Abertura da Lagoa de Santo André ao Mar” -----
 - g) Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (REOT PUSC) -----
 - h) Apoio Financeiro para Execução do Skate Park – Junta de Freguesia do Cercal do Alentejo.-----
 - i) Declaração de Interesse Público Municipal da Obra de Conceção da ETAR de Ermidas Sado. -----
 - j) Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Destilaria Black Pig Alentejo, Unipessoal, Lda.-----
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Manuel Botelho Mourão, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Ana Harea, Norberto Valente Barradas, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago,



Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Moraes Ribeiro Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e das/os Senhoras/es Vereadoras/es Albano Joaquim Mestre Pereira, Sónia Regina Sobral Gonçalves e Susana Louro Caiado Correia Pádua. -----

Não compareceram os membros: Senhoras/es João Paulo de Melo Barros, Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, Maria Teresa Pereira Machado Branco, Maria André dos Santos Mateus, Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, Rui Fernando Ponto Fernandes Sequeira, António Mário Conceição da Costa e Francisco Alfeirão Rodrigues. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES:-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento que no dia dezassete de abril do corrente ano, o Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Membro da Assembleia Municipal, eleito pela Coligação Santiago do Cacém Mais, apresentou a renúncia ao cargo. Pelo que se procedeu à convocação do cidadão na ordem da respetiva lista, do partido que havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, de acordo com os artigos setenta e seis e setenta e nove, da Lei cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação da Lei cinco – A de dois mil e dois, de onze de janeiro. Tendo em conta que a cidadã que se segue na ordem da respetiva lista, informou através de e-mail no dia vinte e quatro de abril que não iria tomar posse, procedeu-se à convocação do membro seguinte. -----

Estando hoje presente na Sessão da Assembleia Municipal o Senhor Luís Manuel Alves Henriques, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal verificou a legitimidade do eleito de acordo com os resultados eleitorais constantes da Ata de Apuramento Geral e a sua identidade pela exibição do Cartão de Cidadão, dando início ao Ato de Aceitação de Funções, como membro da Assembleia Municipal, passando este a fazer parte da Assembleia Municipal. -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Paula Maria Daniel de Melo Lopes, deu conhecimento de que o Senhor João Paulo de Melo Barros , eleito da CDU, se fazia substituir pelo **Senhor Joaquim António Gamito**, de que o Senhor Carlos Luís de Matos Coelho e Mesquita de Figueiredo, eleito do PS, se fazia substituir pela **Senhora Isabel Maria Catarino Costa Marques**, de que o Senhor Maria Teresa Pereira Machado Branco, eleita da Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir pelo **Senhor António Manuel Alves Gamito de Matos**, de que o Senhor Mário André dos Santos Mateus, eleito pela CDU, se fazia substituir pela **Senhora Rita Susana Ribeiro Gonçalves**, de que o Senhor Vasco Maria Jantarão Lopes da Silva, eleito pelo PS, se fazia substituir pelo **Senhor João Pedro da Silva Teixeira**, que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

A Senhora Ana Gonçalves, eleita na Assembleia Municipal, pela CDU e Presidente da União de Freguesias de São Domingos e Vale de Água, deu as boas vindas e agradeceu a presença, aos eleitos e eleitas na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, na localidade de Vale de Água. -----

Pela Senhora Maria Margarida Santos, eleita da CDU, foi apresentada a seguinte Saudação:-----

“Saudação-----

1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador: Unir e Lutar por Melhores Condições de Vida e de Trabalho -----

A CDU, neste 1º de Maio, todos os trabalhadores e trabalhadoras, com especial destaque para os trabalhadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, das Juntas de freguesia, mas também das empresas e de todas as instituições públicas e privadas que, com o seu empenho diário, fazem de Santiago do Cacém um concelho de trabalho.

Santiago do Cacém é um território diverso e dinâmico. A agricultura, a pequena indústria, o comércio local, o turismo, a educação, a saúde e os serviços desempenham um papel fundamental na vida económica e social do concelho. Aqui e em concelhos vizinhos vivem e trabalham homens e mulheres que todos os dias enfrentam os desafios da precariedade, da falta de valorização profissional, dos baixos salários, da mobilidade difícil e da falta de resposta pública em áreas fundamentais como a saúde e a habitação.

É neste contexto que o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, assume uma importância renovada: como data de celebração das conquistas históricas do movimento operário e como dia de reafirmação da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela dignidade de quem constrói com o seu trabalho a riqueza e o futuro do concelho e do país.-----

A CDU saúda a realização do desfile do 1º de maio em Sines, promovido pela CGTP-IN, a ampla participação dos trabalhadores e da população de Santiago do Cacém neste momento de unidade, de reivindicação e de afirmação de direitos. -----

Reafirmamos, com determinação, o nosso compromisso de continuar a lutar ao lado dos trabalhadores, em todas as frentes, por melhores salários, pela estabilidade no emprego, pela defesa dos serviços públicos, pela justiça social e pela construção de um concelho e de um país que melhor responda às suas justas reivindicações. -----

Viva o 1º de Maio! -----

Viva a luta dos trabalhadores! -----

Viva Santiago do Cacém”.-----

REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PADRE ANTÓNIO MACEDO – VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou se a Câmara Municipal já tinha alguma resposta da CCDR- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, referente à requalificação da Escola Secundária Padre António Macedo em Vila Nova de Santo André. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu ter alguma dificuldade em entender a pergunta, tendo em conta que não há nenhuma questão que a Câmara Municipal tenha colocado à CCDR – Alentejo, o que aguardam é que a tutela, de acordo com compromisso que foi assumido, assegure o financiamento a todas as escolas que os Municípios receberam através da delegação de competências, no entanto não está claro, pois não existe nada que assegure o financiamento, do que terá de ser feito.-----

Mais referiu, que no caso da ESPAM, que foi construída há cerca de quarenta anos, teve um projeto para requalificação, no tempo do ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, do Partido Socialista, elaborado pela empresa pública Pak Escolar, no valor de dez milhões de euros, que não se chegou a concretizar. Posteriormente nada foi feito, e as poucas melhorias que se realizaram naquela escola, foram realizadas através do trabalho voluntário dos pais dos alunos.-----

Referiu ainda, que há cerca de três anos, com a transferência de competências, a ESPAM, passou para a alçada do Município, salientando que a Câmara Municipal tentou junto da empresa que havia elaborado o anterior projeto, que fosse feita uma adaptação do mesmo, no entanto, a empresa para além ter solicitado cerca de um milhão de euros para realizar dessa alteração, o valor da obra seria de cerca de vinte milhões de euros. -----

A Câmara Municipal perante estes valores optou por realizar o projeto internamente, através dos Serviços Municipais, estando o mesmo já concluído, irá ser apresentado à Direção Geral de Educação, e posteriormente será apresentada uma candidatura a financiamento, salientando que existe a garantia quer do anterior, como do atual governo, que a obra será financiada a cem por cento. Acrescentando que tendo em conta esta garantia a autarquia avançou para a elaboração do projeto, dado não dispor de vinte milhões de euros para realizar esta obra, mas também tem dúvidas que o Ministério da Educação possa despende deste valor, tendo em conta que foi aberto um concurso com trinta cinco milhões de euros, para todo o Alentejo, ou seja se despende de vinte milhões para a requalificação da ESPAM, sobraria apenas quinze milhões para as restantes escolas do Alentejo. -----

REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou se já existem projetos para a requalificação das cinco escolas do Município, nomeadamente para as duas de Santiago do Cacém, uma em Vila Nova de Santo André e para as Escolas de Cercal do Alentejo e Alvalade. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que está a ser dada prioridade à Escola Secundária Padre António Macedo, em Vila Nova de Santo André. A Escola de Alvalade, o Ministério da Educação assumiu o compromisso das obras para retirar o amianto e algumas reparações, nomeadamente no pavilhão onde ocorreu um incêndio, salientando que em visita recente àquela escola, foi informado que já foi feito um levantamento, por técnicos da Direção Geral de Educação.-----

Em relação às outras Escolas, a Câmara Municipal não tem nenhuma garantia por parte do Ministro para a realização das obras, não tendo a Autarquia recursos financeiros e humanos para elaborar projetos, e por isso irá avançado consoante o que considerem mais urgente, e o mais urgente atualmente é a ESPAM. -----

Mais referiu que a Câmara Municipal está a resolver os problemas das escolas, o que não foi feito pelos sucessivos governos em quase quarenta anos. -----

CARTA EDUCATIVA – PONTO DE SITUAÇÃO-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, questionou sobre o ponto de situação da Carta Educativa, salientando que em dois mil e treze, várias Autarquias do país entregaram este documento, que está a ser aplicado em vários municípios, e em alguns há bastante tempo, no entanto no município de Santiago do Cacém nada se fala sobre a Carta Educativa. -----

1079
O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, solicitou à Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, para dar o ponto de situação sobre este assunto. -----

A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, referiu que a reunião do Conselho Municipal de Educação, está agendada para o dia vinte e seis de maio do corrente ano, onde irá ser apresentada a Carta Educativa, documento em que estão as propostas para os próximos anos e no caso de ser aprovado, o que espera que aconteça, seguirá os tramites legais. ---

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que foi feito um trabalho por parte de uma empresa, solicitado pela CIMAL, Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano, com a avaliação das Câmaras Municipais, trabalho esse que o Executivo Municipal, eleito pela CDU não concordou e solicitou à CIMAL para que a empresa efetuasse algumas alterações, por considerarem que a Carta Educativa é um documento da responsabilidade do Município, e deve ter refletido nele, as opções políticas, na área da Educação de quem foi eleito no Município. -----

Mais referiu que a Carta Educativa ainda não foi aprovada no Município de Santiago do Cacém, devido ao este pedido de alteração, pois consideram que neste documento deve constar o que é melhor para o Município de Santiago do Cacém. -----

A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, referiu que uma das alterações que foi solicitada pelo Executivo à proposta da Carta Educativa, tinha a ver com a localidade de Vale de Água, que segundo tudo indica voltará a ser Freguesia o que será benéfico para a população por ter perto de si uma autarquia, um executivo, e uma reorganização do território, salientando que a proposta previa o encerramento da escola de Vale de Água, escola que tem todas as condições e que nada a ver com a escola que existia, pois, este executivo acredita nas escolas rurais, e por isso tem criado todas as condições para os alunos do pré-escolar e primeiro ciclo, para se desenvolvam num ambiente benéfico para sua aprendizagem e desenvolvimento intelectual e físico. -----

Acrescentou ainda que a proposta previa não só o encerramento da escola de Vale de Água, mas também a de São Domingos e transportar as crianças destas duas localidades para Abela onde seria criado um centro escolar, proposta que o executivo da CDU se opôs. Salientando que esta uma das alterações que foi feita na Carta Educativa de que muito se orgulham.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que há cerca de quinze anos a Carta Educativa que foi proposta pela Câmara Municipal, não foi homologada, tendo com isso impossibilitado a Autarquia de aceder aos Fundos Comunitários, salientando que isto aconteceu porque o executivo da CDU se opôs ao encerramento das escolas rurais, que hoje continuam abertas como é exemplo a escola de Vale de Água, que se tivesse sido feito o que lhes quiseram impor, hoje esta escola e outras escolas rurais, do Município estariam encerradas, mas graças à posição política dos eleitos da CDU estas escolas estão a funcionar e são o centro da vivência destas pequenas localidades.-----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Vereadora, por o terem clarificado do motivo da Carta Educativa estar atrasada, salientando que Câmara Municipal deve ter presente que tem de haver acordo com o Ministério da Educação, tal como está previsto na Lei. -----

Mais referiu que em relação ao Parque Escolar, para a reconstrução das escolas, umas de raiz e outras requalificadas, foram definidas três fases, a Escola Padre António Macedo estava incluída na terceira fase, que não se efetuou, porque em dois mil e treze o PS, já não estava no governo. Salientou ainda que no Litoral Alentejano, o Município de Grândola já apresentou os projetos de arquitetura das escolas, faltando-lhes apenas os projetos das especialidades.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que estar em desacordo com o Ministério da Educação, não significa se submeter à vontade deste, porque também está na Lei a autonomia do Poder Local. Além disso as escolas foram transferidas, por Lei, para as Autarquias e por isso as opções cabem a estas. -----
Mais referiu que em relação à requalificação das escolas, a Câmara Municipal, requalificou todas as escolas que erem da sua responsabilidade, e por isso considera que em relação à Educação não recebe lições moral de ninguém. -----

OBRAS NA PONTE DO CAMINHO DE FERRO – NA ESTRADA MUNICIPAL 261-----

O Senhor Francisco Lobo, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, questionou sobre o ponto de situação da obra na ponte do Caminho de Ferro na Estrada Municipal 261.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que não existe nenhuma garantia, por parte do dono da obra, Infraestruturas de Portugal, sobre a data de conclusão, o que refere é que o empreiteiro está com um atraso significativo na execução da obra. -----

-----ORDEM DO DIA-----

---1. Expediente.-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de fevereiro a abril de dois mil e vinte e cinco, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

---2. Atas-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número três, da Sessão Ordinária de vinte e três de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram o/a eleito/a, Senhor/a, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, por não terem estado presente. --

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número quatro, da Sessão Extraordinária Solene Comemorativa do 25 de Abril, de vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e quatro. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

Não votaram as/os eleitas/os, Senhoras/es, Ana Harea, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Carmen Sofia Martins Figueira, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Ricardo Jorge da Cruz, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, por não terem estado presente.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número cinco, da Sessão Ordinária de vinte de junho de dois mil e vinte e quatro. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram as/os eleitas/os, Senhoras/es, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, David Oliveira Gorgulho, por não terem estado presente.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata número seis, da Sessão Ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro.-----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram as/os eleitas/os, Senhoras/es, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, por não terem estado presente.-----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Documentos de prestação de contas 2024-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM**– Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas individuais de 2024, elaborados nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro –Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na redação atual, e da Instrução n.º 1/2019 e Resolução n.º 4/2024 do Tribunal de Contas, onde constam os seguintes dados:-----

Balanço -----

Total do ativo –185.176.093,13€ -----

Património líquido –170.115.693,83€ -----

Passivo –15.060.399,30€-----

Demonstração de Resultados -----

Rendimentos –41.038.842,26€-----

Gastos –40.398.393,55€-----

Resultados Líquidos –640.448,71€ -----

Demonstração Fluxos de Caixa -----

Recebimentos –43.400.237,88€-----

Pagamentos –42.022.653,55€ -----

Demonstração Desempenho Orçamental -----

Recebimentos –43.297.382,22€-----

Pagamentos –41.950.295,69€ -----

Saldos Iniciais -----

Operações Orçamentais –7.384.082,56€-----

Operações de Tesouraria –297.432,15€-----

Saldos Finais-----

Operações Orçamentais –8.731.169,09€-----

Operações de Tesouraria –327.929,95€-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

198
Pm

FUNDAMENTOS: Conforme o disposto na alínea i) do n.º1 do artigo nº 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e na alínea I do n.º 2 do artigo 25.º da mesma Lei, na redação atual. -----

No âmbito da apresentação da proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a Câmara Municipal tem uma situação financeira estável, não existem dívidas a fornecedores e o saldo orçamental cobre a dívida total da Câmara Municipal, salientando que dívida existente, é referente a empréstimos antigos, em não faz sentido a amortização, tendo em conta o valor da taxa de juro, que é muito baixo. -----

Referiu ainda que este foi um ano com o maior valor em termos de receita, em que foram realizados grandes investimentos, nomeadamente, na área empresarial de Santo André, no Bairro dos Serrotes, em Vila Nova de Santo André, no Jardim Municipal e zona envolvente, em Santiago do Cacém, na ETAR de Outeiro do Lobo, entre muitas outras obras e nas mais diversas áreas, que foram realizadas no Município de Santiago do Cacém. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, que referiu que este é um documento exaustivo e bem estruturado, no entanto existem áreas sectoriais que deviam ser desagregadas para melhor compreensão dos valores gastos em cada uma das áreas, dado o exemplo da (página vinte e um, figura trinta e nove do documento), em que é mencionado os montantes gastos ao longo de vários anos na cultura e desporto, mas não é possível saber quanto foi gasto na cultura e no desporto, o mesmo acontece em relação ao comércio e turismo. -----

Mais referiu que houve uma diminuição da dívida, em dois mil e catorze esta rondava os catorze milhões de euros, e atualmente ronda os quatro milhões de euros. -----

Salientou ainda que gostaria de saber onde está incluída a dívida a curto prazo, que é de cerca de dois milhões de euros. Qual o valor da dívida a médio e longo prazo, e porque não foi utilizado parte do saldo do excedente orçamental para amortizar esta dívida. E quais os juros atualmente suportados pela autarquia relativamente aos empréstimos. -----

Referiu ainda continua a existir no documento os “outros” em que não se sabe ao que se refere, e também os acrónimos sem que haja uma discriminação dos mesmos. -----

O Senhor Manuel Mourão, referiu ainda que na (página vinte e seis, na figura quarenta e nove), ao nível de execução da receita, referente às receitas correntes e de capital, existem rubricas com uma taxa de execução muito baixa. Nas receitas correntes a rubrica, (06 – outras), teve uma taxa de execução de setenta e nove virgula trinta e três por cento, também a rubrica (08 – outras receitas correntes), a taxa de execução foi de trinta e um virgula cinquenta e sete por cento. Nas receitas de capital na rubrica (10 – outras), a execução foi de trinta e três virgula quarenta e três por cento, tendo questionado o motivo de tão baixa execução. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal tem uma grande dependência, a nível orçamental dos fundos comunitários, das transferências do Estado e dos impostos diretos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, passou a palavra ao Senhor Dr. José Pereira, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, para esclarecimento de algumas questões técnicas que foram colocadas. -----

O Senhor Dr. José Pereira, referiu que em relação a questão relacionada com a dívida a médio e longo prazo, (página duzentos e cinquenta e dois) do documento, o montante do capital em dívida, a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro, era de dois virgula oito milhões de euros. Relativamente aos juros o montante suportado com a dívida a médio e longo prazo é de cento e quarenta e nove mil euros, e as amortizações seiscentos e trinta e sete mil euros. -----

Relativamente às demonstrações financeiras, (na página trinta e cinco, no quadro sessenta e três – Dívida), refere duas alíneas,- (financiamentos obtidos – exigíveis a curto prazo), referente a parte da dívida do empréstimo que será amortizada no ano de dois mil e vinte e cinco, cerca de quinhentos e quarenta e quatro mil euros, e a (exigível a médio e longo prazo), que é referente aos anos subsequentes, cerca de dois virgula vinte e seis milhões de euros, o que totaliza os cerca de dois virgula oito milhões de euros.-----

Em relação à dívida de curto prazo, (quadro sessenta e três), verifica-se uma dívida de cerca de dois virgula oito milhões de euros, valor que é necessário analisar, pois por um é necessário retirar os cerca de quinhentos e quarenta e sete mil euros, relativos aos empréstimos de médio e longo prazo, que irão se cobrados em dois mil e vinte e cinco. Também é necessário ter em conta o (Adiantamento de clientes), e o (Estado e outros entes públicos), que aparecem como dívida nas que na prática não o são, tem a ver com questões contabilísticas.-----

Em relação, à (Página vinte e seis, Figura quarenta e nove – 06 - Transferência correntes “outros”) com cerca de setenta e nove por cento de execução, tem a ver com fundos comunitários. Em relação ao (capítulo 08 – Outras Receitas Correntes), a taxa de execução é baixa porque a receita foi cobrada por capítulos e não no global. No ponto (10 – Transferências de Capital), tem a ver com Fundos Comunitários, com o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e com o valor que ainda faltava receber, a trinta e um de dezembro, relativo à comparticipação da Loja de Cidadão. -----

Em relação a não se utilizar o saldo para amortizar dívida, deve-se ao facto dos empréstimos que o Município contratualizou há vários anos, terem taxas de juro muito baixas, e por isso não faz muito sentido utilizar este valor para reduzir dívida, quando pode ser utilizado para realizar investimento. -----

Em relação à dependência do orçamento do Município, dos fundos comunitários, das transferências do Estado e dos impostos diretos, referiu que se os Municípios não dependessem destes financiamentos teriam de aumentar o valor das taxas de urbanismo e vender património, além disso a participação dos impostos do Estado, não é nenhuma benesse para as Autarquias, mas sim uma justa repartição dos impostos do Estado pelos diversos níveis da Administração Pública, tal como está definido na Lei das Finanças Locais. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, considerou caricato que esteja a ser feita uma censura ao facto do Município de Santiago do Cacém utilizar Fundos Comunitários, salientado que a autarquia tem tido uma grande capacidade de execução, sendo a que mais executou dos cinquenta e oito Municípios do Alentejo, no Quatro Comunitário 20/30, e por isso tiveram acaso a mais de dois milhões de euros em overbooking, dinheiro que outros municípios não aproveitaram, e que município de Santiago do Cacém aproveitou devido há capacidade de executar. -----

Referiu ainda que em relação à amortização dos juros, um valor de cento e cinquenta mil euros, num orçamento de cinquenta milhões euros, em que os empréstimos têm taxas de juro muito baixa ou mesmo zero, considerou não ser um assunto relevante.-----

Em relação à dívida da Câmara Municipal, no final do ano, era de quatro milhões de euros, dos quais um milhão de dívida a curto prazo. Acrescentou ainda que a dívida a curto prazo, tem muito a ver com o facto de os serviços no final do ano, não terem a capacidade de efetuarem o processamento da quantidade de faturas que dão entrada nos serviços, no entanto nos mês de março, ou seja passado três meses, o valor era de cerca de trezentos euros, e que o período médio de pagamento é de cerca de oito dias.-----



Mais referiu que a dívida da Câmara Municipal, no final de dois mil e treze, era de cerca de dezoito milhões de euros, hoje está por volta dos três milhões, isso deve-se ao esforço que tem sido feito ao longo de doze anos, diminuindo gradualmente a dívida, mas executando obra com taxas de execução muito altas como está refletido no documento. -----

O Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, referiu que não colocou em causa gestão financeira da Autarquia, apenas referiu que ao analisar o documento é inegável que os Fundos Comunitários, as transferências do Estado e os impostos diretos, são um valor considerável no orçamento do Município, situação que referiu apenas como constatação. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que os Fundos Comunitários têm uma grande importância no aumento da receita, tal como os cerca de quatro milhões de euros provenientes do processo de transferência de competências para as Autarquias, no entanto, mesmo retirando esses valores, nos últimos doze anos o Município duplicou o valor da receita, sem o aumento de impostos, no caso do IMI tem vindo a baixar gradualmente, e nem das taxas. Salientou ainda que houve um aumento das transferências do Estado, o que não é nenhum favor, pelo contrário o Estado ao longo dos anos foi arrecadando cada vez mais impostos e diminuindo o valor a transferir para as Autarquias, só há cerca de três anos, os valores das transferências foram equiparados aos de antes da Troika. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

Seis abstenções, sendo cinco das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira, e uma da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

Três votos contra, dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O Bloco de Esquerda quer saudar novamente a CDU pelo equilíbrio das contas públicas, é realmente um trabalho que o Bloco tem vindo a reconhecer ao longo dos vários mandatos e dos vários anos, no entanto, o nosso voto em abstermo-nos vai no sentido de que o documento não vai de encontro das opções políticas que nós achamos que seriam relevantes”. -----

Pelo Senhor David Oliveira Gorgulho, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Da parte da Bancada da CDU, sublinhar esta situação económica que foi descrita pelo Senhor Presidente, a sua estabilidade, a questão da redução da dívida como elemento importantíssimo ao longo de todos estes anos, o facto de tecnicamente não haver dívidas a fornecedores, o Senhor Presidente falou no prazo médio de pagamento que era doze dias, até ao final de dois mil e vinte e quatro, e neste primeiro trimestre inclusive, já se situa nos oito dias. -----

Registrar também a maior receita e a maior despesa de sempre, uma taxa de oitenta e cinco por cento de execução, em relação aquilo que foi receita arrecadada, indo ao encontro daquilo que é o cumprimento do que a Lei diz, este corredor da taxa de execução. -----

Referiu também algumas grandes obras, algumas, por exemplo, na Freguesia que eu tenho a honra de presidir, como a questão da ZIL ou do Bairro dos Serrotes, mas também o Jardim Municipal e as Zonas Envolventes, só nestes três casos, estamos a falar de mais de sete milhões de euros, em termos de execução de PPI, obviamente perante isto a bancada da CDU, só pode ter uma palavra de elogio por toda esta capacidade de execução não só em 2024, mas estende-la a todo o mandato, que é um contexto bem revelador da confiança que este projeto tem merecido, que merece e que desejavelmente continuará a ter neste novo ciclo autárquico”. -----

b) Relatório Semestral do Auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou e deu Conhecimento à Assembleia Municipal, para conhecimento do relatório sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao exercício de 2024, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual. -----

TOMADO CONHECIMENTO. -----

c) Empreitada de construção de balneários no Campo de Futebol Municipal de Vila Nova de Santo André – Assunção de compromissos plurianuais. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** - Solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para a “Empreitada de construção de balneários no campo de futebol de Vila Nova de Santo André.”, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. -----

DOIS – A previsão da repartição de encargos é a seguinte: -----

Ano de 2025: 100 000,00 € -----

Ano de 2026: 190 000,00 € -----

FUNDAMENTOS: a) - De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente; -----

b) - Para efeitos de cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação em vigor. -----

c) – Tendo em consideração a necessidade de reprogramação financeira dos trabalhos que constituem a empreitada. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo**

129

Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos e um da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----
Cinco abstenções, das e dos eleitos/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira. -----

d) Adequação da Assunção de Compromissos Plurianuais -Contrato para a Exploração de Serviço Público de Transporte de Passageiros no Alentejo Litoral --

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a autorização para a adequação da autorização de compromissos plurianuais, deliberada em sessão de 17/02/2023, no âmbito do contrato de concessão para o transporte rodoviário de passageiros no Alentejo Litoral, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação atual, com a repartição de encargos que de seguida se transcreve: -----

Ano de 2024 (setembro a dezembro) 22.378,75 € -----

Ano de 2025 67.136,24 € -----

Ano de 2026 67.136,24 € -----

Ano de 2027 67.136,24 € -----

Ano de 2028 67.136,24 € -----

Ano de 2029 (janeiro a agosto) 44.757,49 € -----

FUNDAMENTOS: De Facto: UM: Por deliberação da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, na sua sessão realizada em 17/02/2023, foi aprovada a assunção de compromissos plurianuais e uma repartição de verbas até ao ano de 2028 referente ao contrato de exploração do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Litoral Alentejano; -----

DOIS: De acordo com o documento de Entrada E 12742, de 04/04/2025, a CIMAL vem informar que pese embora o contrato de concessão para o transporte rodoviário de passageiros no Alentejo Litoral, ter sido assinado em 22 de setembro de 2022 para uma duração de 5 anos, e de ter obtido o visto prévio do Tribunal de Contas em 26 de maio de 2023, o início da exploração foi adiado devido à necessidade de definição das rotas, que constituíam elementos integrantes do plano de exploração e a necessidade da sua revisão devido a mudanças no funcionamento escolar após a pandemia da Covid 19. Nessa sequência o período transitório foi prorrogado até 31 de agosto de 2024 e a exploração efetiva teve início em 1 de setembro de 2024, data a partir da qual se contabilizam os 5 anos da exploração. -----

TRÊS: Os compromissos financeiros foram reprogramados do período 2023-2028 para o período 2024 2029. -----

107

De Direito: UM: De acordo com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; -----

DOIS: Conforme estipula a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação atual; -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, um do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz, três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos.** -----

Seis abstenções, sendo cinco das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira e uma da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

e) Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação para o período de 2025 a 2028 e dos Termos de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** – Submeter à Assembleia Municipal o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação para o período de 2025 a 2028; -----

DOIS - Aprovar os Termos de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

FUNDAMENTOS: De Facto: UM- De acordo com o estabelecido na Lei n.º 75/2013, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal “assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade”. -----

DOIS- No âmbito do Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Santiago do Cacém, visando a promoção, execução, monitorização e avaliação da implementação de medidas e ações que concorram para a territorialização da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual” (ENIND), ao nível do Município, em alinhamento com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, e da nomeação da Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), compete ao Município: aprovar Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND), alinhado com a ENIND e os respetivos Planos de Ação. -----

287
Am

TRÊS-E compete à Câmara Municipal definir e aprovar os termos de funcionamento da EIVL dotando-a de recursos e meios necessários aos exercícios das suas funções. -----

De Direito: Alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas a) e q) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Manuel Mourão, eleito do PS, que referiu ter gostado dos eixos apresentados, que abrangem campos que são caros a todos os que residem neste município, no entanto, lamenta que os dados não estejam atualizados, embora entenda que tenha sido necessário recorrer aos Censos de dois mil e vinte e um. -----

Em relação às escolas, os dados são referentes ao ano letivo dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e dois, apesar de estamos no ano letivo de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco. Também não é feita referencia há multiculturalidade, que existe atualmente nas escolas do município. -----

Em relação ao número de imigrantes, considera não estar correto porque refere cerca de oitocentos mil, quando os dados referem que os imigrantes são cerca de um milhão e quinhentos mil. -----

Referiu ainda que apesar de gostar com o documento, lamenta que os dados não sejam mais atualizados. -----

A Senhora Vereadora Sónia Gonçalves, referiu os números agora mencionados poderão já não corresponder à realidade atual, mas este documento poderá e irá ser atualizado, salientando que no próximo ano irá haver uma reorganização territorial e por isso uma realidade bem diferente da que está plasmada neste no documento e por isso tem sempre de haver atualizações. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira, e Ricardo Jorge da Cruz.** -----

Quatro abstenções, sendo três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos, e uma da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

f) Aprovação da minuta de protocolo de delegação de competências e de colaboração técnica e financeira, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Santiago do Cacém, para intervenção na Lagoa de Santo André, designadamente, para a concretização da execução da “Abertura da Lagoa de Santo André ao Mar”. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de protocolo de delegação de competências e de colaboração técnica e financeira, entre a

JS
fu

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Santiago do Cacém, para intervenção na Lagoa de Santo André, designadamente, para a concretização da execução da “Abertura da Lagoa de Santo André ao Mar”.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

FUNDAMENTOS: De Facto: UM -A laguna costeira de Santo André, mais conhecida como “lagoa de Santo André”, está situada na zona sul do arco litoral Troia –Sines, no concelho de Santiago do Cacém. -----

É marginada a poente pelo areal largo da praia da Costa de Santo André e insere-se em cordões dunares semi paralelos à linha de costa. A associação dos vários ambientes costeiros é propícia à existência de importantes habitats que importa preservar.-----

O plano de água da Lagoa de Santo André e a sua envolvente estão atualmente sujeitos a um conjunto de usos diversificados, apresentando relevante potencial para a prática de atividades balneares e da náutica de recreio assim como atividades aquícolas.-----

Decorrente do dinamismo natural do sistema costeiro em que se insere, a Lagoa de Santo André permanece separada do mar por barra arenosa. -----

Tal circunstância tem conduzido à intervenção da Administração com a realização de operações de abertura de uma barra de maré, com o objetivo de melhorar o estado ecológico da massa de água. -----

A Diretiva Quadro da Água (DQA), que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, transposta para o direito interno através da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), preconiza uma abordagem abrangente e integradora de proteção e gestão da água bem como medidas de conservação e reabilitação da zona costeira e estuários. -----

DOIS -A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) tem como missão propor, desenvolver e acompanhar a gestão integrada e participada das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável, de forma articulada com outras políticas setoriais e em colaboração com entidades públicas e privadas que concorram para o mesmo fim, tendo em vista um elevado nível de proteção e de valorização do ambiente e a prestação de serviços de elevada qualidade aos cidadãos; -----

TRÊS-A APA é, nos termos da legislação aplicável, a entidade competente para executar as intervenções necessárias e indispensáveis, nomeadamente, de defesa ativa do litoral, reforço de zonas baixas ameaçadas pelas águas, reforço de margens, manutenção e gestão de ambientes lagunares pela preservação da qualidade de massas de águas classificadas, encontrando-se estruturada como um organismo da Administração Indireta do Estado, sendo que, ao nível Regional, em matéria de gestão da orla costeira, exerce as suas competências através das Administrações das Regiões Hidrográficas (ARH); -----

QUATRO-A Lei da Água, na sua redação atual, confere à APA, I.P., a faculdade de delegação de competências da autoridade nacional da água, nas autarquias, em matéria de licenciamento e fiscalização dos recursos hídricos; -----

CINCO-Compete aos Municípios, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central bem como a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; -----

SEIS-O Município de Santiago do Cacém integra a comissão de cogestão da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS), constituída em 27 de

fevereiro de 2023 no âmbito da aprovação governamental do modelo de cogestão das áreas protegidas;-----

SETE-O Município de Santiago do Cacém manifesta ter conhecimentos técnicos e capacidade para planear e executar a operação da “Abertura da Lagoa de Santo André”.

De Direito: Trata-se de uma parceria entre Município de Santiago do Cacém e a Administração Central, que se consubstancia num protocolo de delegação de competências com a Agência Portuguesa do Ambiente, nos termos dos artigos 33º nº 1 al) r) e al) ccc) e artigo 25º nº 1 al) k), todos do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na redação atual.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, que saudou e agradeceu à Câmara Municipal por ter tomado a iniciativa de chamara a si abertura da lagoa, e ter conseguido que este serviço lhe tivesse sido pago. -

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, referiu que a Agência Portuguesa do Ambiente, cumpriu com tudo com que se comprometeu com a Câmara Municipal, acrescentando que espera que este procedimento seja para manter nos próximos anos, porque o Poder Local melhor que ninguém conhece o seu território, e com a cooperação de todos, este ano a abertura da lagoa correu muito bem, o que espera venha a acontecer nos próximos anos.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: Pela Senhora Carmen Sofia Martins Figueira, eleita do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “O Bloco de Esquerda vota a favor, mas quer deixar apenas registado, que a abertura da lagoa aconteceu, salvo o erro, no mês de março, e estamos aqui a votar o protocolo de delegação de competências em maio. Todos sabemos que a CDU tem maioria na Assembleia Municipal, e arriscaria a dizer, que talvez por este motivo os deputados e deputadas eleitos, tenham conhecimento, quando o executivo da CDU quer, porque a aprovação está certa”.-----

g) Aprovação do Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (REOT PUSC)-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA** Submeter o REOT a apreciação da Assembleia Municipal para tomar conhecimento do Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (REOT PUSC), decorrida a discussão pública.-----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

FUNDAMENTOS: Após Deliberação em Reunião de Câmara de 21/11/2024, e em conformidade com o disposto no n.º 5 do artigo 189.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, decorreu, um período de discussão pública para recolha de observações, sugestões ou reclamações dos interessados, relativamente ao Relatório de Avaliação do Plano de Urbanização de Santiago do Cacém(PUSC).-----

Da análise das participações por parte da equipa de Planeamento e Ordenamento do Território resultou Relatório de ponderação das participações, o que se anexa.-----

Face ao exposto no referido relatório de ponderação das participações, deve remeter-se para apreciação por parte da Assembleia Municipal, em conformidade com o n.º 3 do artigo 189º do RJIGT.-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Interveio o Senhor Francisco Lobo de Vasconcellos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, que chamou a atenção para a necessidade de perceber o motivo da população de Santiago do Cacém ter estagnado ou mesmo diminuído, quando supostamente no Litoral o número de residentes está em crescimentos, considerando por isso que deve ser feita uma reflexão sobre as causas e o motivo para que isto aconteça.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que, segundo os últimos Censos, na cidade de Santiago do Cacém, o número de habitantes subiu.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s** Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, **um do eleito do PS, Ricardo Jorge da Cruz e três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores** Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos.-----

Seis abstenções, sendo cinco, das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira, **e uma da eleita do BE** Senhora Carmen Sofia Martins Figueira. -----

h) Apoio Financeiro para a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo para execução do Skate Park -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA** Aprovar submeter a deliberação da Assembleia Municipal para aprovação da transferência para a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, da verba, até ao montante máximo de 30.000,00€ (trinta mil euros) com vista a apoiar esta autarquia na execução do Skate Park. -----

FUNDAMENTOS: De Facto UM: Aquando da realização das reuniões preparatórias das GOP'S para 2025, a Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo apresentou à Câmara Municipal de Santiago do Cacém a sua intenção de construir um Skate Park no jardim junto à escola sede do Agrupamento de Escolas de Cercal do Alentejo. -----

DOIS: A Câmara Municipal reconhece que se trata de um projeto com especial interesse para o desenvolvimento desportivo na freguesia e para a prática da modalidade do Skate, para além dos momentos de convívio e socialização junto das faixas etárias mais jovens -----

TRÊS: Por deliberação de 24/01/2025, foi aprovado pelo Órgão Executivo da Freguesia a abertura de procedimento por ajuste direto, para a empreitada de construção do referido equipamento. A adjudicação da empreitada atrás descrita viria a ser aprovada por deliberação de 14/02/2025 à empresa APSKATERAMPS Unipessoal Lda, conforme o contrato que se encontra registado no processo com o n.º E-8990 de 10/03/2025.-----

29

QUATRO: Conforme consta da Cláusula Terceira do referido contrato, os trabalhos desta empreitada foram adjudicados pelo montante de 28.135,17€ acrescido de IVA à taxa de 6%, conforme o caderno de encargos. -----

De Direito: De acordo com o n.º 1, alínea J) do artigo 25.º e com o n.º 1, alínea ccc) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na redação atual. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

i) Declaração de Interesse Público Municipal da Obra de Conceção da ETAR de Ermidas Sado-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA: UM** Que seja declarado de Interesse Público Municipal a obra “Conceção/construção da ETAR de Ermidas Sado” a realizar pelas Águas Públicas do Alentejo, S.A. -----

DOIS- Que seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação. -----

FUNDAMENTOS:A AgdA, na qualidade de entidade gestora dos serviços de exploração e gestão dos sistemas de esgotos, solicitou a emissão de uma declaração de interesse público municipal relativamente à obra “Conceção/construção da ETAR de Ermidas Sado”. -----

A implementação desta infraestrutura de águas residuais é de fundamental importância para cumprimento dos normativos de descarga no meio hídrico estabelecido na legislação em vigor, tendo a sua construção sido insistentemente reclamada pela Administração Autárquica. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

j) Reconhecimento de Interesse Público Municipal – Destilaria Black Pig Alentejo, unipessoal,-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a seguinte **PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal para reconhecimento de interesse público, para o Parque Temático Black Pig, no prédio denominado “Courela do Sobral de Cima”, inscrito na matriz rústica 177 seção I, e urbana 765, e, descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 4519 de 13/09/2010, em Courela do Sobral de Cima, na freguesia de Santo André. -----

Documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa

FUNDAMENTOS: De Facto UM: De acordo com a memória descritiva, constata-se as seguintes intenções para o Parque Temático Black Pig: -----

Vila do Gin, com a ampliação da destilaria existente, zona de restauração e bares; -----
Implementação de um Turismo em Espaço Rural, na modalidade de Casas de Campo; -
Outras atividades como: Zona de arborismo e slide, minigolfe, zona de piscinas com parque aquático e lagos, campos de padel, pista de gelo, parque animal e safaris. -----

DOIS: Consta ainda na memória descritiva, o enquadramento da atividade na região, qual a sua previsão de crescimento com a legalização e ampliação do Parque Temático,

127

o seu impacto sociocultural, a sua projeção financeira, postos de trabalho atuais e previstos com o seu crescimento. -----

TRÊS: Esta oferta turística contribui para o aumento e diversificação da oferta de serviços e atividades de turismo e lazer, com um projeto único e sem concorrência direta no mercado. -----

QUATRO: Contribui ainda para a não sazonalidade das atividades da região, atraindo fluxos de clientes em alturas consideradas de “época baixa”. -----

CINCO: Tem demonstrado, ao longo dos tempos, crescimento e credibilidade, assim como a necessidade de mais evolução e expansão, revelando-se uma atividade inovadora e que potencia a dinâmica empresarial do local. -----

SEIS: Segundo memória descritiva, o Parque Temático em 2023 foi o ponto mais visitado de toda a Costa Alentejana, com 120.000 visitantes e já em 2022 havia sido considerado pela Revista Time, um dos melhores lugares do mundo. Conta, atualmente, com cerca de 20 colaboradores e com o seu crescimento prevê aumentar para cerca de 60 colaboradores. -----

SETE: A proposta enquadra-se na estratégia Municipal e tem o seu devido enquadramento nos instrumentos de gestão do território aplicáveis. -----

De Direito: UM: De acordo com o artigo 51.º do Regulamento do Plano Diretor do Municipal de Santiago do Cacém (PDMSC): -----

*“1- Para além dos equipamentos, estruturas, infraestruturas e outras ocupações identificadas na presente subsecção e delimitadas na planta de ordenamento, **podem ainda instalar-se em solo rústico outras de reconhecido interesse público.** -----*

*2- A não delimitação na planta de ordenamento, implica que **o procedimento de controlo prévio a operação urbanística a realizar seja acompanhado da alteração do PDMSC, para a constituição de uma categoria ou subcategoria de solo com regime de uso próprio.**” -----*

DOIS: Em conformidade com o artigo 23.º n.º 2 alíneas m) e n) do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, são atribuições do município: -----

“m) Promoção do desenvolvimento; -----

n) Ordenamento do território e urbanismo;” -----

TRÊS: Por seu turno cabe à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º n.º 2 alínea k) do RJAL: *“Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;”* sendo competência material da Câmara Municipal *“Apresentar propostas à assembleia municipal sobre matérias da competência desta.”*, em consonância com o previsto no artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do referido diploma. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis das e dos eleitas/os da CDU, Senhor/a/e/s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Norberto Valente Barradas, Joaquim António Gamito, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Alberto Machado Guerreiro, Rita Susana Ribeiro Gonçalves, Quitéria Graça Marques Gaspar, Rui Miguel Pereira Candeias, Hélia Maria de Matos Rodrigues, Sérgio Manuel da Silva Santiago, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e seis das e dos eleitas/os do PS, Senhor/a/e/s Manuel Botelho**

Mourão, Ana Harea, Isabel Maria Catarino Costa Marques, Vanda Isabel Aleixo Godinho da Silva, João Pedro da Silva Teixeira e Ricardo Jorge da Cruz. -----
Quatro abstenções, sendo três dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, Senhores Luís Manuel Alves Henriques, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos e António Manuel Alves Gamito de Matos, e uma da eleita do BE Senhora Carmen Sofia Martins. -----

4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de janeiro e fevereiro de 2025, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento a discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em Minuta, das deliberações tomadas na Sessão, a constar em Ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----



